

O PAPEL DAS REDES SOCIAIS ONLINE NA DESCONSTRUÇÃO DAS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS: o caso do impeachment de Dilma Rousseff ¹

THE ROLE OF ONLINE SOCIAL NETWORKS IN THE DESCONSTRUCTION OF JOURNALISTIC NARRATIVES: the case of Dilma Rousseff's impeachment

Ricardo José Pinheiro Morais
Samuel Anderson Rocha Barros ²

Resumo: O presente artigo procura analisar o papel que os media sociais podem ter na construção de uma narrativa distinta daquela que é veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelo discurso oficial. Tomando como objeto de estudo a página de Facebook “Os Truques da Imprensa Portuguesa”, analisam-se as publicações feitas sobre o processo de impeachment no Brasil e os comentários a esses posts. A amostra é composta por 14 publicações e 617 comentários, que são analisados tendo em conta dimensões e indicadores utilizados na avaliação dos processos deliberativos: reciprocidade, provimento de razões, grau da justificativa e respeito. De um modo geral considera-se que o índice de deliberação sobre os temas apresentados nas publicações não é elevado, mas que os comentários enaltecem e procuram contribuir sobretudo para a desconstrução da narrativa jornalística. A entrevista feita aos gestores da página ajuda a compreender a importância das redes sociais online na denúncia da cobertura jornalística, em particular no caso em estudo.

Palavras-Chave: Redes Sociais Online. Narrativa Jornalística. Impeachment.

Abstract: The present article aims to analyze the role that social media can play in the construction of a narrative different from the one that is transmitted by media and the official discourse. Taking as an object of study the Facebook page “Os Truques da Imprensa Portuguesa” (The Tricks of the Portuguese Press), the publications about the impeachment process in Brazil and the comments on related posts are analyzed. The sample is composed by 14 publications and 617 comments, which were analyzed taking into account dimensions and indicators used in the evaluation of deliberative processes, such as reciprocity, provision of reasons, justification

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Jornalismo Político” do VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VII COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), de 10 a 12 de maio de 2017.

² Ricardo é doutorando em Ciências da Comunicação na Universidade da Beira Interior (UBI), Investigador do LABCOM.IFP, e-mail: ricardo.morais@labcom.ubi.pt. Samuel é doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), pesquisador e pós-doutorando do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD), e-mail: samuel.barros77@gmail.com.

and respect. It is generally considered that the index of deliberation on the subjects presented in the publications is not high, but that the comments emphasize and contribute mainly to the deconstruction of the journalistic narrative. The interview made to the page managers helps to understand the importance of online social networks in denouncing journalistic coverage, particularly in the case under study.

Keywords: Social Networks. Journalistic Narratives. Impeachment.

1. Introdução

O impeachment de Dilma Rousseff constituiu um marco na história política do Brasil. Todo o processo que resultou na destituição da presidenta foi amplamente mediatizado, começando com as movimentações de lideranças políticas que trabalharam para executar o projeto, a aceitação da denúncia pelo então presidente da Câmara Eduardo Cunha no dia 02 de dezembro de 2015, seguido por todo o tramite na casa baixa, que culminou com a autorização para que o Senado instaurasse o processo. No Senado, o processo foi aberto no dia 12 de maio e culminou com a aprovação do impeachment no dia 31 de agosto. Esta sessão do plenário do Senado foi acompanhada por órgãos de comunicação de todo o mundo, inclusive de Portugal.

Na Edição da Tarde do canal português SIC Notícias, essa transmissão foi feita a partir do sinal da TV Senado. A estação portuguesa, parceira de longa data da Rede Globo, adotou, no entanto, uma atitude particular na retransmissão. O que os espetadores tiveram oportunidade de assistir foi apenas aos discursos de acusação. Sempre que Dilma Rousseff interviu para se defender, a transmissão foi interrompida com as explicações de Ivani Flora, correspondente da SIC no Brasil.

O procedimento ficou evidente quando o Senador Roberto Requião, militante do PMDB (partido pró-impeachment) tomou a palavra e, ao contrário do que se poderia esperar a julgar pela sua legenda, defendeu Dilma Rousseff. Nesse momento, a fala de Requião foi abruptamente cortada e a transmissão remetida para a correspondente. A defesa quase nunca teve espaço. A narrativa sobre o seção de julgamento do impeachment, desta forma, acabaria por privar a audiência de uma das posições em disputa. O caso que acabamos de expor foi relatado por diferentes

espectadores e denunciado no Facebook e no Twitter. É precisamente a partir desses comentários que nos propomos analisar o papel que as redes sociais podem assumir na crítica de determinadas práticas adotadas pelos meios de comunicação social.

O objeto de estudo deste trabalho é a página “Os Truques da Imprensa Portuguesa”, especificamente como a partir de denúncias em relação ao trabalho dos meios de comunicação se tem desenvolvido um ambiente deliberativo muito particular, capaz de, em algumas situações, levar os profissionais da informação a prestar contas. Apesar de pretendermos uma discussão ampla sobre o papel que os media sociais podem ter enquanto ferramentas vigilância e crítica dos meios de comunicação, tomamos como estudo de caso o processo de impeachment de Rousseff.

Indagamos assim sobre a capacidade que os media sociais podem ter na promoção do debate público (ESTEVEES, 2011; PAPACHARISSI, 2002) e na construção de uma narrativa distinta daquela que é veiculada pelas autoridades públicas e pelos meios de comunicação. Este questionamento é tanto mais importante quanto os mass media, apesar das mudanças registadas no ecossistema mediático, continuarem ainda, e em grande parte, a determinar a agenda pública (MCCOMBS, 2004), despertando a atenção do público para determinados assuntos. Por mais que se reconheça que os medias sociais tem uma capacidade de agendamento reverso, ou contra-agendamento, e que nesse sentido a construção da agenda pública deve ser pensada “a partir de um modelo interacional”, com diferentes tipos de agendamento e temporalidades (LYCARIÃO & SAMPAIO, 2016, p. 32).

Numa época em que o acesso, produção e distribuição de informação se transformou, em que as instituições jornalísticas perderam credibilidade, em que proliferam notícias falsas, que papel podem ter páginas criadas nas redes sociais com o intuito de vigiar e criticar os meios de comunicação? Estarão estas páginas e os debates que aí se produzem, a assumir o lugar que outrora pertenceu aos blogues, de fiscalização do trabalho dos órgãos de comunicação, seguindo uma lógica de media accountability?

2. Fundamentação Teórica: Jornalismo, media social e deliberação pública

No presente trabalho consideramos três referenciais teóricos como sendo centrais para a investigação. Em um primeiro momento abordamos a teoria do agendamento, formulada por McCombs e Shaw (1972), que defendem que os meios de comunicação têm o poder de determinar a agenda pública, salientando determinados assuntos em detrimento de outros e, nesse sentido, pautando as conversas entre os atores sociais. A teoria do agendamento é central neste trabalho na medida em que sendo um dos paradigmas que mais marcou o jornalismo nas últimas décadas, ganha hoje novos argumentos para ser discutido. Não podemos ignorar que a internet e as redes sociais online vieram permitir o estabelecimento de novos fluxos de agendamento, que se distanciam da concepção clássica e apontam em diferentes direções, seja a do agendamento intermediático (SILVA, 2007), seja a do contra-agendamento ou agendamento reverso (LYCARIÃO & SAMPAIO, 2016). É notório que meios como os blogues ou as redes sociais online detêm hoje um poder de agendamento significativo, mas difícil de analisar em termos de direccionalidade da influência na formação da agenda pública (MCCOMBS, 2005), porque resultado dos novos papéis assumidos pelos cidadãos, ao nível da produção, seleção e circulação de conteúdos noticiosos. Este é precisamente um dos intervalos compreensivos que pretendemos explorar com o presente trabalho.

Para além da teoria do agendamento, e ainda diretamente relacionada com esta, consideramos no nosso referencial teórico as teorias da deliberação, em particular o conjunto de potenciais arenas deliberativas que emergiram com a internet e nas próprias redes sociais online. Se é verdade que os mass media continuam a ser os principais produtores de discursos sobre alguns temas, questões e problemas sociais, é também evidente que no ambiente online é crescente a discussão em torno de alguns desses assuntos (GOMES, 2014). Conforme o argumento de Mendonça, Sampaio & Barros (2016), na contemporaneidade a discussão dos temas socialmente relevantes tem passado rotineiramente por

plataformas de sociabilidade online como Facebook, Twitter e Youtube, entre muitas outras.

Em linhas gerais, reconhece-se que as arenas discursivas da web social se servem de temas conhecidos através da esfera da visibilidade pública, conforme a formulação de Gomes (2008), constituída sobretudo pelos mass media, mas têm agora também a capacidade de, através de lógicas de interação e disseminação, catapultar temas, atores e objetos para a esfera de visibilidade. Conforme o argumento de Mendonça, Sampaio & Barros (2016), "as discussões entre indivíduos, permeadas pelos conteúdos produzidos por jornais ou por blogueiros, em textos, fotos e vídeos, formam um ambiente complexo em que os principais temas de interesse público são abordados por uma multiplicidade de atores" (p. 18).

Tendo em vista o mesmo fenômeno, Barros (2013) enumera possíveis benefícios: a) o aumento da capacidade de processamento discursivo dos problemas sociais; b) o aumento da pluralidade de temas com visibilidade pública, e c) o aumento da influência dos cidadãos comuns e atores coletivos minoritários à esfera de visibilidade pública. Mas podemos citar também a possibilidade de expressão de desacordos/pontos de vista alternativos em relação àqueles que adotados pelos principais atores mediáticos e que tem lugar na esfera de visibilidade pública.

Neste sentido e considerando as arenas discursivas que se formam nos sites de redes sociais, enquanto ambientes de expressão dos cidadãos comuns, entende-se que estas podem assumir um conjunto de funções benéficas em termos de democracia deliberativa a diferentes níveis como: a) ampliação do espectro dos argumentos; b) processamento e entendimento das informações; c) vigilância e ressonância de assuntos de interesse da rede; d) agendamento de temas, questões e bandeiras na pauta das empresas de jornalismo e mesmo das instituições do sistema político autorizadas e especializadas na produção de decisão política.

É a partir das funções que emergem nas arenas discursivas, concretamente ao nível do contributo para o processamento das informações e vigilância dos assuntos, que surge o terceiro referencial teórico deste trabalho: a ideia de accountability. O conceito de responsabilização, como lhe poderíamos chamar em

português, diz respeito, de um modo genérico, ao dever que representantes políticos e organizações têm de responder aos cidadãos, prestando explicações em relação a atitudes e comportamentos e replicando críticas as críticas que lhes são feitas (McQUAIL, 2003).

Durante anos o jornalismo foi visto como um dos principais mecanismos capazes de assegurar essa responsabilização, na medida em que procurava “promover controle na partilha de poder, através de mecanismos de *checks and balances*, mantendo o governo *accountable* na ordem democrática” (MAIA, 2006, p. 2, itálico e aspas do original). Apesar de ainda continuar a ser visto como um dos principais “cães de guarda” das instituições sociais, a verdade é que o novo contexto político e econômico por um lado, e as novas competências de interatividade derivadas da Web 2.0 por outro lado, afetaram, de certo modo este modelo, esta função do jornalismo. A necessidade de refletir sobre a accountability dos media ganha por isso especial relevância em função das alterações provocadas pela era digital. Ao marcarem presença na Internet e com a facilidade de divulgação de conteúdos nos sites de redes sociais, os próprios meios de comunicação estão hoje sujeitos a uma maior fiscalização e controlo. São vários os instrumentos e práticas criadas no ambiente digital que procuram responsabilizar os meios de comunicação (FOLLOWING RUSS-MOHL, 2003; FENGLER, 2008; EBERWEIN et al, 2011), com destaque para as atividades de crítica mediática no Twitter e Facebook.

É na articulação destes três eixos teóricos que fundamentamos o presente trabalho, na medida em que os mass media já não são os únicos com capacidade de definição da agenda pública, uma vez que nos sites de redes sociais os processos de deliberação online podem ajudar a reenquadrar os argumentos e discursos apresentados pelos mass media, construindo uma nova agenda e contribuindo para uma melhoria do fazer jornalístico, correção de erros e prestação de contas perante a sociedade. Entendemos que com este caminho teórico damos resposta a algumas das demandas em termos de investigação. Conforme o argumento de Kies (2016), há uma demanda por estudos que considerem os espaços públicos online quanto a “sua capacidade de ser um contra-publico contra o discurso dominante” (p. 1).

3. Metodologia e objetivos da investigação

O presente trabalho enquadra-se na linha dos estudos de caso, uma vez que se trata de “uma investigação empírica que investiga um fenômeno no seu ambiente natural, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são bem definidas... (e)... em que múltiplas fontes de evidência são usadas” (YIN, 1994, p. 13). Estando o nosso trabalho centrado nas redes sociais online e em particular numa página e num caso específico, consideramos que esta estratégia era a que melhor se adequava, porque nos permitia, como refere Yin, “(...) saber o “como” e o “porquê” de acontecimentos atuais (contemporary) sobre os quais o investigador tem pouco ou nenhum controle” (1994, p. 9, aspas e parêntesis do original).

A forte dimensão descritiva dos estudos de caso e o fato do investigador se envolver na investigação faz com que estes sejam normalmente associados aos planos qualitativos. Mas o estudo de caso neste artigo acaba por surgir no contexto de um plano de investigação misto (COUTINHO, 2015), na medida em que para além da dimensão descritiva será considerada uma dimensão quantitativa, nomeadamente a análise dos comentários.

Considerando que o objetivo do trabalho passa por analisar o papel que as redes sociais online, e em particular as publicações e comentários na página do Facebook “Os Truques da Imprensa Portuguesa”³, assumiram na crítica à cobertura do impeachment por parte dos mass media portugueses, decidimos recorrer a fontes múltiplas de dados e métodos de recolha distintos. Optamos assim pela análise dos conteúdos das publicações e dos comentários dos leitores, com objetivo de encontrar indícios de desconstrução da narrativa jornalística e propensão para a deliberação online; bem como por uma entrevista com os gestores da página, a fim de compreender o objetivo deste espaço.

³ A página também tem uma conta no Twitter, mas esta não foi analisada no contexto do presente trabalho. Sempre que utilizarmos o termo página estaremos assim a referir-nos à presença no Facebook.

3.1. Entrevista

As entrevistas ganham especial relevância no contexto dos estudos de caso, uma vez que são “utilizadas para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo” (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 134). Foi precisamente com o objetivo de compreender como é que os autores da página avaliam o trabalho que têm desenvolvido, mas também a visibilidade que a página ganhou e a forma com que lidam com as narrativas jornalísticas, que optamos por realizar uma entrevista com os gestores da página “Os Truques”. Composto por dezasseis questões, o guião da entrevista procurou abordar aspetos como a motivação para a criação da página, a decisão quanto os conteúdos publicados e a relação com os meios de comunicação e com os leitores. Foram ainda consideradas dimensões relacionadas especificamente com o caso em estudo, nomeadamente o modo como os gestores percebem a cobertura jornalística do impeachment de Dilma.

3.2. Análise das publicações e comentários

Na linha de Quivy e Campenhoudt (1992) optamos por realizar uma análise de conteúdo das publicações e dos comentários. Segundo os autores, “o método da entrevista, seguida de uma análise de conteúdo, é seguramente o que mais se utiliza em paralelo com os métodos de observação” (p. 200). A ligação destas técnicas de coleta de dados permite “um trabalho de investigação aprofundado” (idem, p. 201).

Neste sentido consideramos, para efeitos de análise, um conjunto de indicadores particulares, na linha dos estudos sobre deliberação online, lembrando, no entanto, que “as condições de interação e as especificidades dos diversos ambientes conversacionais da Internet” (MAIA et al., 2016), devem ser ponderadas em qualquer análise. As dimensões observadas foram de três tipos: a) tipo e conteúdos das publicações; b) perfil dos autores dos comentários e posição em relação ao tema do *post*; c) qualidade do processo de deliberação. Na primeira

dimensão registramos a natureza das publicações em termos de conteúdo, considerando: i) o tema (variável descritiva); ii) o tom da abordagem (positiva/negativa); iii) o conteúdo (apenas texto/texto acompanhado de link/texto acompanhado de elemento multimédia [imagem, som, vídeo]).

Na segunda dimensão considerámos i) o sexo dos autores dos comentários (masculino/feminino/não identificado); ii) posição em relação ao tema/conteúdo da publicação (a favor/contra/não se posiciona). Na terceira dimensão reunimos os indicadores que nos permitem avaliar um processo deliberativo, no seguimento de outros estudos em que o objeto de análise foram também os comentários no Facebook (BARROS & CARREIRO, 2015). Considerámos assim: a) “reciprocidade”, como forma de avaliar se os diferentes participantes na discussão são considerados e em que medida (GRAHAM & WITSCHGE, 2003; JENSEN, 2003; KIES, 2010; WALES et al., 2010). Em termos operacionais registámos as seguintes variáveis: i) não aborda o tema (off-topic); ii) trata o tema, mas sem considerar a opinião dos restantes participantes; iii) considera os outros participantes e opiniões que já foram apresentadas, mas de forma indireta, uma vez que não refere diretamente os autores; iv) considera um ou mais participantes diretamente, através de uma referência explícita, nome, citação ou parte de um comentário (maior demonstração de envolvimento, interação e participação no debate). Analisámos também b) a “apresentação de razões” como forma de sustentar uma determinada opinião/posição (KIES, 2010; JENSEN, 2003; DAHLBERG, 2004; GRAHAM & WITSCHGE, 2003; STROMER-GALLEY, 2007). A operacionalização do indicador relacionado com a apresentação de razões para sustentar uma opinião deu-se através das seguintes variáveis, relacionadas sempre com o conteúdo⁴: v) sem razões a favor ou contra; vi) razões internas, que incluem o testemunho de uma experiência pessoal ou próxima associada ao assunto em discussão; vii) razões externas, que resultam de informações apresentadas em relação ao assunto para

⁴ Consideramos apenas uma das dimensões deste indicador deliberativo, o conteúdo, deixando de lado a forma, ou seja, a complexidade do argumento. Na dimensão da justificação registamos os aspectos relacionados com o enredo dos argumentos (STEINER, 2012; BARROS, CARREIRO, 2015).

além da experiência pessoal. Por fim considerámos o c) “grau de justificação”⁵, analisando o tipo e a lógica dos argumentos apresentados com as seguinte variáveis: viii) sem justificação; ix) falta de justificação ou justificação inferior, quando há falta de lógica nos argumentos apresentados; x) justificação simples, quando o argumento resulta de uma ligação simples entre dois aspectos; xi) justificação complexa ou sofisticada, sempre que são oferecidos distintos argumentos para justificar uma posição e estabelecida relação entre os mesmos.

3.3. Amostra

Em termos de procedimento amostral, começámos por fazer uma pesquisa na página “Os truques da Imprensa Portuguesa” a partir de dois termos que são centrais para o estudo de caso abordado nesta investigação: “impeachment” e “Dilma Rousseff”. O resultado da pesquisa foram 14 publicações publicadas entre 17 de março de 2016 e 29 de abril de 2017. Importa neste ponto realçar que existem outras publicações relacionadas indiretamente com esta temática, abordando por exemplo casos de corrupção de atores políticos brasileiros, mas que por não abordarem de forma direta a questão do impeachment não foram consideradas no âmbito deste trabalho. Por outro lado, o post mais recente que é analisado também não trata diretamente a questão do impeachment, mas é examinado na medida em que é feita uma comparação explícita por parte dos autores da página com a cobertura jornalística do processo de impeachment.

Consideramos de seguida os comentários feitos a cada uma das publicações⁶. Optamos por não analisar todos os comentários, uma vez que entendemos que examinar a totalidade dos comentários não iria aprofundar de forma significativa a interpretação que pretendemos fazer do fenómeno. Decidimos então analisar os comentários de cada uma das publicações até um total de 100 por

⁵ A operacionalização da variável foi feita no seguimento do trabalho de Steenbergen et al. (2003) e Barros e Carreiro (2015), com base na ideia de as premissas ou argumentos apresentados têm de estar relacionados com as conclusões.

⁶ Apenas uma das publicações, que identificamos como # 2, não apresenta qualquer tipo de comentário.

publicação. O resultado foi uma amostra composta por 617 comentários. Cada um dos comentários foi então analisado e codificado construindo a base de dados cujos resultados apresentaremos de seguida neste trabalho.

4. Contexto: O impeachment de Dilma Rouseff

Dilma Vana Rousseff foi a primeira mulher eleita presidente do Brasil e a quarta eleita pelo voto popular após o processo de redemocratização brasileiro ocorrido na segunda metade dos anos 1980. Foi também a segunda presidente afastada do cargo por um processo de impeachment neste mesmo período. Antes, Fernando Collor de Melo havia sido afastado pela Câmara dos Deputados por denúncias de corrupção, renunciou perto do fim do processo, mas este foi concluído pelo Senado.

O processo contra Dilma Rouseff se deu em condições bastante diferentes. Dilma estava no seu segundo mandato, aquele que teria sido o quarto mandato consecutivo do Partido dos Trabalhadores (PT). A compreensão do contexto socioeconômico no qual se deu o afastamento de Dilma da presidência da República tem sido motivação para esforços interpretativos diversos e, por vezes, conflitivos. Alguns identificam que certos insumos discursivos, nomeadamente o discurso antispetista, que serviu de insumo para o impeachment de Dilma começou ainda nos primeiros anos do governo de seu padrinho político Luís Inácio Lula da Silva em decorrência das denúncias de pagamento regular de propinas para que parlamentares votassem de acordo os interesses do governo, o que ficou conhecido como Mensalão.

De uma perspectiva mais próxima das posições do PT, argumenta-se que a corrupção ou a má versação do dinheiro público nunca foi a motivação de boa parte da oposição a Dilma, se não os acertos dos governos petistas, a saber, a redução significativa da desigualdade social verificada, por exemplo, na diminuição das taxas de pobreza, mortalidade infantil e da ampliação dos grupos sociais com acesso à educação formal. A indignação social seria exclusiva com os governos petistas,

enquanto outros atores de governos passados e sujeitos que se beneficiariam com perda do governo são costumazes praticantes dos mesmos desvios.

Se a melhoria da qualidade de vida era percebida por boa parte da população como importante, não era vista como suficiente pela maioria. Em junho de 2013, uma série de manifestações de massa ocorreu em praticamente todas as grandes cidades brasileiras, que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho (CHAUÍ, 2013; MENDONÇA, 2016). Iniciadas em São Paulo após o anúncio de aumento de R\$ 0,20 da tarifa de ônibus pelo prefeito petista Fernando Haddad, os manifestantes saíram às ruas e foram recebidos com violência pela Polícia Militar do estado de São Paulo, administrado por Geraldo Alckmin, do PSDB, candidato derrotado por Lula na eleição presidencial de 2006. As manifestações de junho de 2013, que eram entendidas como espontâneas e não-partidárias, nasceram tendo como bandeira a melhoria do serviço de transporte público, mas as pautas foram ampliadas para a melhoria dos serviços públicos e, a medida em que mais pessoas aderiram, adotou bandeiras difusas que sinalizaram apenas uma profunda e crônica insatisfação com o sistema político.

Se toda uma geração experimentava uma década de crescimento econômico e abertura de novas possibilidades para a ascensão social e melhora da qualidade de vida, a satisfação e a aprovação dos governos petistas de modo geral mudaram drasticamente após as manifestações de 2013. Segundo pesquisa da Datafolha, na primeira semana de junho de 2013, antes das manifestações, para 57% dos brasileiros a gestão de Dilma era boa ou ótima. No final do mês, esse índice estava 30%. Foi uma queda de 27 pontos percentuais em apenas três semanas. Não fazia muito tempo, em março daquele ano, o governo Dilma agradava a 65% dos brasileiros⁷.

O ano seguinte era ano eleitoral. O governo tentou responder na forma de políticas que pretendiam melhorar os serviços públicos de transporte, saúde, educação, política fiscal e propôs uma reforma política⁸. Contudo, no dia 2 julho de

⁷ Para mais informações, ver: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml>
Acesso em: 30 abril 2017.

2014, com a Copa do Mundo de Futebol em andamento, vaias ofensivas na abertura e em muitos locais de competição, protestos violentos nas ruas, a aprovação de Dilma estava em 35%, de acordo a mesma pesquisa⁹.

As eleições de 2014, com Dilma tentando a reeleição, seriam as mais disputadas da história brasileira. Uma campanha que já estava discursivamente agressiva ficou ainda mais disputada com a reviravolta provocada pela morte trágica do candidato Eduardo Campos (PSB) em uma queda de avião e a entrada no pátio de sua vice Marina Silva (Rede), uma candidata eleitoralmente mais competitiva. Em termos gerais, Dilma se apresentava como defensora do legado social dos governos petistas, Aécio pontuou os erros do PT e se apresentou como solução para o problema econômico que se apresentava como importante. Marina se apresentou como capaz de dar prosseguimento às políticas sociais petistas e, ao mesmo tempo, de adotar políticas econômicas de saneamento das contas e estímulo à econômica, mas com o diferencial de um procedimento ético diferenciado do padrão da política nacional.

Durante o ano de 2014 e particularmente durante a eleição, Dilma Rousseff resistiu em adotar práticas e discursos que apontasse para uma preocupação com a austeridade, o que veio fazer logo no início do segundo governo. O PSDB, mas principalmente Aécio Neves, candidato que ficou em segundo lugar com 48,36% dos votos válidos, encamparam um discurso de que Dilma teria praticado “estelionato eleitoral”, uma vez que teria ocorrido uma quebra de confiança entre os eleitores e a mandatária. O PSDB também já tinha iniciado um processo na Justiça Eleitoral contra a chapa vencedora por denúncias de abuso de poder político e econômico, bem como questionava a segurança das urnas eletrônicas.

Por conta da tentativa de inflexão na política econômica praticada até então, Dilma começou o segundo governo sob forte crítica de parte da base social que a elegeu. Além disso, o governo também perdeu assentos no Congresso. Se o PT permaneceu na presidência da República, perdeu cadeiras tanto no Senado quanto

⁸ Para mais informações, ver: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/dilma-anuncia-cinco-medidas-em-resposta-manifestacoes.html> Acesso em: 30 abril 2017.

⁹ Para mais informações, ver: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/07/aprovacao-do-governo-dilma-e-de-35-diz-pesquisa-datafolha.html> Acesso em: 30 abril 2017.

na Câmara. Nas primeiras movimentações do novo mandato, diante deste cenário adverso, o governo perdeu também a presidência da Câmara dos Deputados. O candidato do governo Arlindo Chinaglia (PT-SP) recebeu apenas 136 votos, enquanto o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), foi eleito com 267 votos. Cunha era do partido do vice-presidente Michel Temer, mas desde o primeiro momento declarou-se independente em relação ao governo¹⁰.

Neste momento, as investigações da Operação Lava Jato levadas a cabo pelo Ministério Público começaram a apresentar sinais claros de que políticos seriam investigados. Desde o seu primeiro ano à frente da casa, Eduardo Cunha era investigado por envolvimento em desvios de dinheiro da Petrobras. Um processo contra Cunha foi aberto no Conselho de Ética da Câmara para apurar a declaração mentirosa, como ficou provado depois, de que não teria contas no exterior em depoimento à CPI da Petrobras.

No segundo semestre de 2015, já haviam sido protocolados mais de uma dezena de pedidos de impeachment contra Dilma Rousseff. Cunha, na condição de presidente da Câmara, era o responsável pela análise inicial dos pedidos e tentou barganhar com o governo os votos de deputados petistas no Conselho de Ética. Os votos favoráveis de três deputados arquivaria o processo contra Cunha. Em troca o presidente da Câmara arquivaria os pedidos de impeachment contra Dilma. A negociação, não explicitada pelas partes, se arrastou por semanas, até que no dia 2 de dezembro de 2015, o PT decidiu votar contra Cunha¹¹. No mesmo dia, Cunha aceitou um dos pedidos de impeachment protocolados na Câmara¹².

Em 17 de março de 2016, foi formada uma comissão de 65 deputados para analisar o pedido. No dia 6 de abril de 2016, o relator da comissão apresentou um parecer favorável à admissibilidade do processo. O plenário da Câmara terminaria por autorizar, mediante votação pelo plenário, a instauração do processo que seria conduzido pelo Senado. A votação se deu em um domingo, 17 de abril, e foi

¹⁰ Para mais informações, ver: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/02/eduardo-cunha-e-eleito-presidente-da-camara-dos-deputados.html> Acesso em: 30 abril 2017.

¹¹ Para mais informações, ver: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1713918-bancada-petista-decide-votar-contracunha-no-conselho-de-etica-da-camara.shtml> Acesso em: 30 abril 2017.

¹² Para mais informações, ver: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/12/02/eduardo-cunha-impeachment.htm> Acesso em: 30 abril 2017.

transmitida ao vivo pela TV aberta. Os deputados, ao manifestar seus votos, aproveitaram a oportunidade para mandar recados e reforçar posições com suas bases eleitorais. Foram comuns justificativas de voto baseadas em Deus, na família e em classes profissionais (BARROS, 2016).

No Senado, quando da chegada do processo foi formada uma comissão de 21 senadores para avaliar, nos termos que fez a Câmara, se este deveria continuar ou se deveria ser arquivado. No dia 12 de maio, em uma votação que dependia apenas de maioria simples, 55 dos 78 senadores presentes votaram pelo afastamento de Dilma e o pelo prosseguimento do julgamento.¹³ O vice-presidente, apontado por muitos como parte da arquitetura do impeachment, assumiu interinamente o governo.

A votação final ocorreria no dia 31 de agosto de 2016. Dilma estava com mandato cassado definitivamente por denúncias crime de responsabilidade fiscal, popularizado como peladas fiscais, e por ter feito operações de crédito sem a autorização do legislativo, pelo menos este era o argumento jurídico. Depois da votação final, Dilma declarou um pronunciamento que “os senadores que votaram pelo impeachment escolheram rasgar a Constituição Federal”, uma vez que não demonstrado que ela tenha cometido crimes de responsabilidade conforme prevê a legislação. Ela caracterizou o processo como um “golpe parlamentar” feito por políticos preocupados em “escapar do poder da justiça” em parceria com os derrotados nas urnas¹⁴.

5. Objeto: A página “Os Truques da Imprensa Portuguesa”

O objeto de estudo deste trabalho é a página “Os Truques da Imprensa Portuguesa” na rede social Facebook¹⁵. Nesta seção do trabalho propomo-nos

¹³ Para mais informações, ver: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/31/politica/1459453388_280149.html Acesso em: 30 abril 2017.

¹⁴ Para mais informações, ver: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/30/politica/1472559177_490168.html Acesso em: 30 abril 2017.

¹⁵ Para além do Facebook, existe também um perfil no Twitter. No entanto, e no âmbito deste trabalho não analisamos os conteúdos nessa rede social, porque as as publicações são replicadas nos dois media sociais e apenas os comentários e interações que se estabelecem são efetivamente distintas.

apresentar a página que é objeto desta investigação. Destacamos os objetivos da página e o trabalho que tem vindo a desenvolver e analisamos a declaração de interesses que os autores/gestores publicaram no espaço dedicado à “história”.

Como o próprio nome indica, e os autores fazem questão de deixar claro no espaço previsto para a “informação”, trata-se de “uma página comunitária que visa denunciar os truques da imprensa portuguesa”. A página tem-se destacado nas redes sociais online pela forma como procura criticar diferentes notícias e abordagens jornalísticas nos media portugueses. Com 133 237 seguidores¹⁶, a página apresenta (a partir de textos, imagens e vídeos) matérias imprecisas ou mentirosas; denuncia a crescente procura, através de títulos sensacionalistas ou falsos, pelo *click bait*; analisa a parcialidade de pontos de vista nas peças jornalísticas; expõe situações de distorção dos factos em virtude da dependência e influência financeira de meios externos aos media portugueses; revela casos de apropriação de trabalhos jornalísticos estrangeiros com a publicação sem referência à fonte, entre muitas outras situações.

Apesar do acompanhamento e fiscalização que faz do trabalho dos jornalistas, a página “não é nem pretende ser”, como fazem questão de realçar os autores, “um instrumento de informação”:

Não somos um órgão de comunicação social, não possuímos estatuto editorial, nem respondemos perante a lei da imprensa. Exigimos isenção, imparcialidade e equilíbrio. Para isso, temos de tomar posições e tomar posição obriga-nos, necessariamente, a assumir uma parte. (...) Se procura imprensa, compre. Aqui não a encontrará porque também não a vendemos. Compre e exija. Uma boa imprensa é absolutamente essencial a uma boa democracia (Página Os Truques da Imprensa Portuguesa”).

Todas as publicações na página são feitas de forma anônima e esse é um dos aspetos que tem merecido mais críticas por parte dos media, cujo trabalho é visado nas publicações da página. Acusados de serem alimentados por uma máquina de propaganda do governo e de possuírem uma agenda política escondida,

¹⁶ Número de seguidores indicados na última consulta feita a 30 de Abril de 2017.

os gestores da página fazem questão de divulgar uma declaração de interesses na página.

Começam por realçar que a página resulta do trabalho de várias pessoas, “cada um com as suas ideias e convicções” e, portanto, essa é a maior garantia de pluralidade nos *posts*. Diferentes autores, mas com características comuns em relação a aspetos que consideram essenciais, explicam:

(...) temos todos profissões liberais, em áreas de saber distintas, nenhuma das quais relacionada com comunicação social; nenhum de nós faz parte de juventudes ou partidos políticos; já votamos, entre nós, em diversos partidos, com e sem assento parlamentar, uns ditos de esquerda e uns ditos de direita.

Os autores da página garantem por isso, no terceiro ponto da declaração, que são livres no pensamento e nas lealdades. Realçam, no entanto, que as perspectivas que apresentam são aquelas que têm enquanto leitores e resultam dos seus “próprios preconceitos, ideais e convicções”. Consideram naturais as acusações de parcialidade, mas asseguram ter como objetivo denunciar “truques” empregados para colocar o jornalismo a serviço de interesses escusos. Assumem que as publicações que colocam na página são “sempre assumidamente subjetivas, passíveis de serem discutidas ou rebatidas”.

No ponto quinto encontramos um dos aspetos mais importantes na lógica do presente artigo, e que tem que ver com a comunidade que a página pretende ser. Os gestores realçam que são os leitores que lhes enviam a maior parte dos conteúdos e que essa dimensão de participação contribui de forma decisiva para o que pretendem que a página seja.

Quanto ao anonimato, os autores argumentam a página é uma comunidade e que os autores fizeram a opção por permanecerem anônimos. Revelam que os insultos e ameaças que recebem frequentemente na caixa de mensagens acabam por fazer parte do trabalho que desenvolvem.

Conscientes de que também podem errar, os autores prometem apenas fundamentar sempre os seus *posts*, e querem garantir que “o espaço da página é

um fórum aberto a todos, aos que concordam e aos que discordam, aos que pretendem criticar, aos que pretendem elogiar, aos que pretendem dar conselhos”.

A declaração de interesses termina com a defesa daquelas que os autores consideram “as regras básicas de educação: não insultar, não difamar e debater sempre de forma elevada”, e que devem ser por isso asseguradas por “todos os participantes, os gestores e os outros, sob anonimato ou não”.

6. Resultados

6.1. A página "Os Truques": propósitos e modo de ação

A primeira questão que procuramos esclarecer, mediante entrevista com os administradores, está relacionada com a decisão de criação da página, uma vez que referem que nenhum deles tem qualquer ligação ao meio jornalístico. De acordo com os autores a página “teve na origem a mesma inquietação que ainda hoje permanece: a necessidade de organizar e tornar disponível para o público uma crítica sistematizada à imprensa, produzida exclusivamente do ponto de vista dos leitores”.

Longe de imaginarem que viriam a ter tanto sucesso, os autores da página “Os Truques” garantem que as denúncias que fazem têm realmente como propósito “clarificar erros ou tentativas de manipulação de informação”. E apesar de nem sempre ser assim, garantem: “temos noção de que estivemos na origem de largas dezenas de alterações e correções a notícias”.

Apesar de em determinadas publicações ficar claro que os autores receberam conteúdos de leitores, quisemos confirmar como funciona o processo de produção de *posts*. “Perto de 90% das nossas publicações têm origem na Caixa de Mensagens, onde diariamente nos chegam dezenas (por vezes centenas) de críticas, sugestões, denúncias, revisões...”. É nesse sentido que argumentam que “a página é uma comunidade no sentido estrito e literal. É uma comunidade de seguidores e é uma comunidade de autores”. Nem todos os conteúdos que recebem

acabam por ser publicados, é preciso analisar as mensagens, verificar “se são efetivamente dignas de denúncia e preparar um texto de acompanhamento”.

A autonomia marca o trabalho de todos os membros da página, que apenas reúnem para decidir uma publicação “em casos especialmente graves”, ou quando são emitidos comunicados “que “falem” pela página”. Mas o que é afinal um “truque”? A questão levou os gestores a esboçar uma espécie de tipologia das situações ou “truques” que mais denunciam.

- a) divulgação de notícias falsas;
- b) divulgação de notícias cujos fundamentos estão factualmente errados;
- c) divulgação de notícias que, não sendo factualmente falsas, omitem partes importantes da informação e induzem percepções deturpadas nos leitores;
- d) divulgação de notícias com títulos que não são representativos do seu conteúdo;
- e) divulgação de notícias baseadas em trabalhos pré-existentes (normalmente, da imprensa estrangeira) que não são devidamente citados;
- g) divulgação de notícias pretensamente representativas de uma realidade global mas que não passam de generalizações;
- h) divulgação de notícias que são, na realidade, publicidade;
- i) divulgação sistemática de notícias que têm como base fontes que se revelam, em grande parte dos casos, erradas;
- j) ilustração de notícias com fotografias que não são representativas ou pertinentes face ao seu conteúdo;
- k) divulgação de notícias claramente destinadas à obtenção de cliques (clickbait);
- l) em suma, e acima de tudo, divulgação de notícias que nos parecem violar o Código Deontológico do Jornalista (Os gestores da página “Os Truques da Imprensa Portuguesa”).

Com a tipologia de truques mais publicados na página definida, os autores fazem questão de sublinhar que são contra generalizações e que têm noção que nem todos os jornais e jornalistas são mal-intencionados. Mas garantem que “dar conta de um truque e não procurar perceber o que está na sua origem não faz sentido”, e por isso procuram sempre perceber as motivações por detrás de determinadas opções.

O trabalho na página não passa apenas por publicar, os autores procuram “acompanhar as discussões que se geram, dialogar/discutir com os leitores e clarificar a nossa posição quando percebemos que foi mal compreendida”. Apesar de admitirem que “faltam meios para policiar tudo”, procuram garantir um ambiente onde todos possam dar a sua opinião. “Ocultamos comentários ofensivos e banimos as pessoas que os utilizam reiteradamente”. O ambiente saudável de discussão é o que pretendem, e por isso as vozes discordantes das perspectivas que apresentam também têm espaço. “Não apagamos mensagens que nos acusam de ser parciais, estar errados, estar ao serviço deste ou daquele”.

No diálogo que estabelecem com quem comenta na página e nas discussões entre comentadores acabam por encontrar ideias e conteúdos para novos *posts*, porque como referem, “as caixas de comentários são as assembleias desta comunidade e têm efetivamente um impacto no conteúdo”.

Acreditam que a opinião pública em geral pode não ter muita noção do trabalho que é feito na página, mas julgam que “o trabalho da página e da comunidade de leitores que a alimenta tem um impacto muito grande junto dos jornalistas, que a seguem atentamente, por reconhecerem em grande parte críticas acertadas – ainda que não o admitam”.

Apesar de serem muitos os que duvidam da capacidade das redes sociais online servirem como verdadeiros espaços de debate, os autores acreditam que “é possível dialogar, esclarecer, convencer e ser convencido num debate em caixas de comentários”. Confessam, no entanto, “que a maioria das pessoas que se envolve em debates em redes sociais pretende sobretudo veicular a sua opinião”.

A questão da prestação de contas e da *media accountability* é central no nosso estudo e os autores consideram que “de certo modo, a página foi-se desenvolvendo como um *watchdog* de imprensa em Portugal”, e, portanto, um fiscalizador do trabalho dos meios de comunicação.

Quanto ao processo de impeachment de Dilma Rousseff, questionámos os gestores sobre como surgiu um dos *posts* mais compartilhados e comentados sobre o assunto. Intitulado “O golpe de cá”, o *post* alerta para a cobertura parcial que o canal de televisão SIC Notícias fez do processo de votação do processo no Senado.

Os autores explicam: “recebemos várias denúncias, vimos várias reações do Twitter e revimos nós próprios a emissão”. Acham que a atuação do canal português pode ter sido “premeditada” e dão um novo exemplo de cobertura questionável por parte dos meios de comunicação. “Por esta altura decorre no Brasil um enorme protesto, ao qual tem sido votado um interesse mediático próximo de zero. Existem dois pesos e duas medidas no modo como a imprensa trata este assunto: brasileira e portuguesa”.

Sem dúvidas de que o processo de impeachment “foi todo ele duvidoso do ponto de vista jurídico e político”, os autores da página não afirmam que a forma como foi tratado pelos meios de comunicação nacionais afetou a opinião dos portugueses, mas deixam algumas pistas sobre o que pode ter acontecido: “o que vimos foi uma imprensa ávida de parangonas, a cobrir extensamente o rol de acusações e parcamente o lado da defesa”. Avançam nesse contexto duas explicações possíveis para o sucedido: “ou a imprensa portuguesa fez de eco da imprensa brasileira (dominada pela Globo, que liderou os ataques a Dilma) – e neste caso pecou por omissão – ou assumiu ela própria esse papel de criar em Portugal essa visão desequilibrada sobre o tema – pecando aqui por ação”. Garantem, no entanto, que “quando um processo é cinzento, a imprensa deve ser especialmente cuidadosa”.

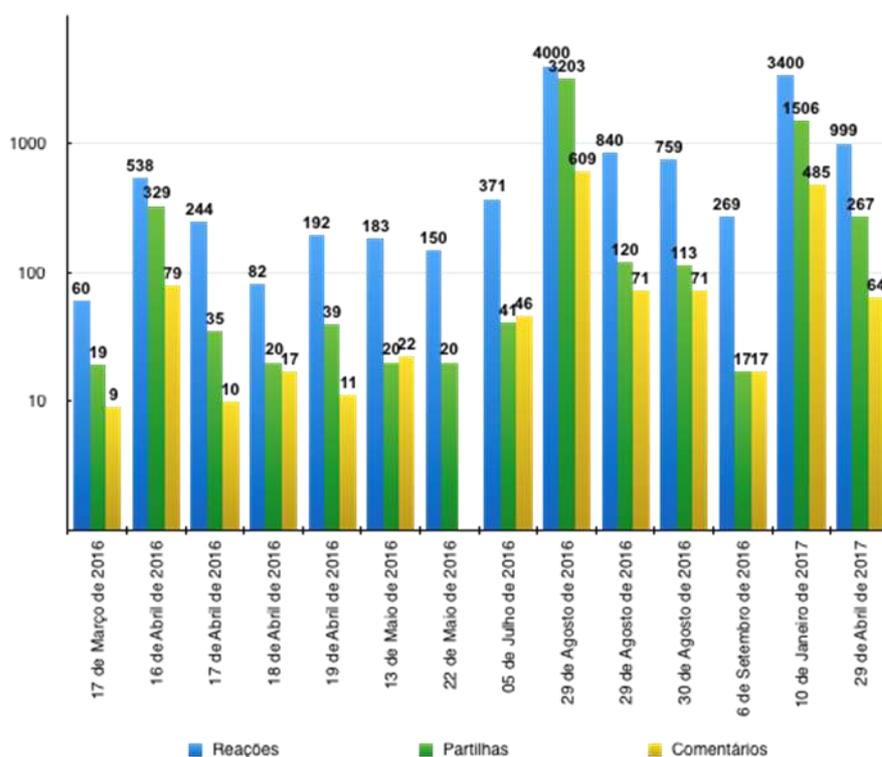
6.2. O impeachment de Dilma Rousseff na página "Os Truques": análise dos posts e comentários

Começamos a apresentação dos resultados realçando o número de publicações (14) e comentários (617) analisados¹⁷. Como forma de perceber o impacto que as publicações tiveram, e que se pode medir não apenas através dos comentários, mas também das reações e partilhamentos, apresentamos de

¹⁷ De um total de 1511 comentário analisamos 617. Como referimos anteriormente nas publicações com elevado número de comentários decidimos analisar apenas os primeiros 100 comentários por entendermos que a análise da totalidade não iria contribuir para o aprofundamento da pesquisa.

forma sucinta a distribuição das publicações por datas e os números mais significativos em relação a cada uma delas (ver Gráfico 1).

GRÁFICO 1 - Número total de reações, compartilhamentos e comentários por post



FONTE - Elaboração dos autores

Como podemos observar no gráfico, é no mês de abril que se registam mais publicações sobre o tema em análise (4), mas é em agosto, quando o processo está no Senado que as publicações recebem maior número de reações, compartilhamentos e comentários.

Enquanto página que pretende fiscalizar o trabalho dos media, todas as publicações estão centradas no trabalho jornalístico. Começamos por isso a apresentação dos resultados com a indicação do tema de cada uma das publicações, o tom da abordagem e o tipo de conteúdo (ver Tabela 1).

TABELA 1
Síntese dos principais posts analisados

<i>Post</i>	<i>Data</i>	<i>Tema</i>	<i>Tom</i>	<i>Tipo de conteúdo</i>
1º	17 de Março 2016	Revelação de escutas ilegalmente publicadas com destaque para parte inconveniente sobre a imprensa brasileira numa conversa entre Lula e Dilma	-	Texto + Link
2º	16 de Abril 2016	Crítica ausência de cobertura jornalística do processo de impeachment por parte dos meios portugueses; Compara com o trabalho feito noutros países.	Negativo/ Positivo	Texto + Imagem + Links
3º	17 de Abril 2016	Comparação do tratamento do processo de impeachment por parte de um jornal português e um jornal inglês.	Negativo	Texto + Imagem+ Links
4º	18 de Abril 2016	Destaca texto de opinião "A imprensa no Brasil".	Positivo	Texto
5º	19 de Abril 2016	Editorial do "The Guardian" sobre o impedimento de Dilma Rousseff.	Positivo	Texto + Link
6º	13 de Maio 2016	Crítica notícia do Jornal de Notícias que acusa Dilma de ser "um dos rostos da corrupção no Brasil."	Negativo	Texto + Print Screen + Link
7º	22 de Maio 2016	Comportamento da imprensa brasileira face à situação política pós-impeachment.	Negativo	Texto + Link
8º	05 de Julho 2016	Crítica jornal Público por causa de texto de opinião de Michel Temer sobre Jogos Olímpicos.	Negativo	Texto + Print Screen + Link
9º	29 de Agosto 2016	Crítica à cobertura parcial por parte do canal de televisão SIC Notícias do processo de impeachment no Senado.	Negativo	Texto + Print Screen
10º	29 de Agosto 2016	Cobertura parcial por parte do canal de televisão SIC Notícias do processo de impeachment no Senado.	Negativo	Texto + Vídeo + Link
11º	30 de Agosto 2016	Crítica à cobertura parcial por parte do canal de televisão SIC Notícias do processo de impeachment no Senado e o facto não ter mudado após a denúncia na página.	Negativo	Texto + Link
12º	06 de Setembro 2016	Rapidez com que o tema do impeachment foi esquecido pelos meios de comunicação.	Negativo	Texto + Print Screen
13º	10 de Janeiro 2017	Crítica à forma como repórter da RTP tira palavra a cidadã brasileira que critica Michel Temer por causa do impeachment quando este vem a Portugal para funeral de Mário Soares.	Negativo	Texto + Vídeo
14º	29 de Abril 2017	Comparação do tratamento jornalístico sobre a greve geral e o impeachment; Ausência de cobertura nos meios portugueses.	Negativo/ Positivo	Texto + Print Screen

FONTE - Elaboração dos autores

Como poderemos verificar na tabela, as publicações apresentam na sua maioria um tom negativo, quer seja ao nível da crítica à atuação dos meios de comunicação, quer à própria falta de cobertura em determinadas situações. Nos posts em que consideramos que o tom é "positivo/negativo", o que procuramos

realçar é a comparação feita em termos de cobertura jornalística por parte de meios portugueses e estrangeiros. A página procura sobretudo denunciar “truques” jornalísticos, mas destaca também trabalhos bem-sucedidos e que enaltecem os jornalistas e o jornalismo.

Outro dos aspetos analisado nos *posts* tem que ver com os elementos que complementam o texto, sobretudo *print screens* e *links*, que ajudam na denúncia e permitem aos leitores esclarecer-se sobre o assunto em questão. Os posts # 9, # 10 e # 11 focam em particular a cobertura do processo de impeachment no Senado e, nesse sentido, para além de serem os que maiores reações provocaram, são também aqueles em que ocorre mais engajamento por parte dos leitores. No caso particular do post # 9, o *print screen* colocado é precisamente de um comentário de um leitor que alerta para um “truque”, que viria posteriormente a ser tratado na página. Verificamos, portanto, que os leitores assumem um papel determinante ao alertarem os autores da página para determinadas situações. Por outro lado, percebe-se também, através do texto do post # 11, que os media procedem com frequência à alteração dos seus conteúdos em virtude das denúncias feitas.

“Há aqueles jornais que, depois de verem os seus truques expostos aqui na página, apressam-se a editar as suas notícias e a dar-lhes um ar mais equilibrado. Assim aconteceu hoje com o Expresso e com o Jornal de Notícias, nos dois casos que denunciámos. No sentido oposto há a SIC Notícias. Depois do caso de ontem, onde ficou evidente uma clara parcialidade na transmissão da sessão que visa destituir a presidente Dilma Rousseff, decidiram reincidir no truque. Durante a tarde de hoje, enquanto o advogado de Dilma, José Eduardo Cardozo, fazia o seu discurso de defesa, a SIC sobrepunha Ivani Flora com comentários genéricos que repetiu a todas as horas, impedindo o público de aceder ao audio. Já o depoimento da advogada de acusação, Janaina Paschoal, merece honras de página de facebook, onde foi colocada duas vezes, com destaque para um momento “estóico-emocional” (Post de 30 de Agosto de 2016, página “Os Truques”).

Para encerrar, gostaríamos de realçar o trabalho de pesquisa feito pelos gestores da página e a forma como apresentam fontes para reforçar as suas análises. No caso particular do impeachment, verifica-se por exemplo o recurso a páginas de Facebook no Brasil (Mídia Ninja).

Depois desta análise inicial das publicações, avançamos para os comentários e para a dimensão relacionada com o perfil dos autores dos comentários (ver Gráfico 2).

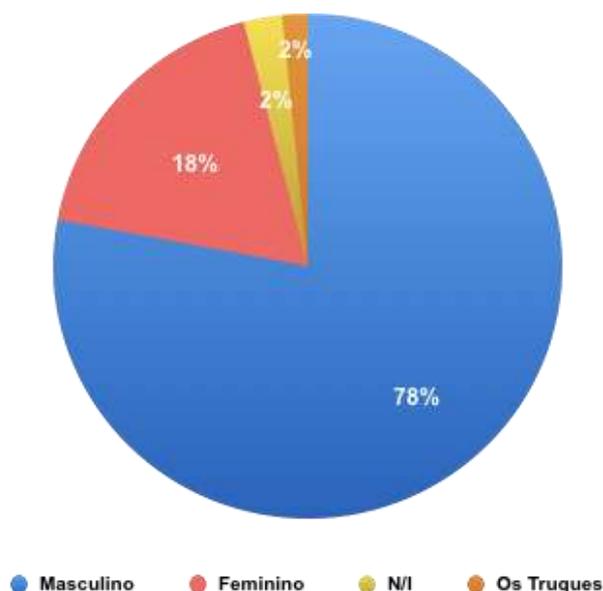


GRÁFICO 2 - Distribuição de comentários por sexo (N = 617).
FONTE - Elaboração dos autores

O Gráfico 2 demonstra as diferenças que existem em termos de participação por parte de homens e mulheres. Considerando o número de comentários analisados, há 481 participações masculinas face às 111 femininas. Sendo os espaços de comentários das páginas do Facebook completamente abertos, esta diferença não deve ser entendida com um problema de acesso ou até mesmo de inclusão, mas talvez apenas um indicador de maior motivação para a participação por parte dos homens nestas esferas ou nos temas versados nos *posts*. De referir também que tendo a página diferentes gestores, os comentários da página “Os Truques” foram considerados à parte nesta dimensão (2%). Regista-se ainda o reduzido número de comentários onde não foi possível identificar o sexo através do nome (2%). Importa realçar, por último, que embora não se tenha assinalado a nacionalidade dos autores dos comentários, durante a análise sobressaiu a participação de comentadores brasileiros, o que não será de estranhar, tendo em

conta a temática em debate. No entanto, parece-nos que é importante realçar a dimensão que a página alcança e o público que nela participa, mas também que as críticas e denúncias apresentadas não são apenas sobre a cobertura jornalística portuguesa, o que ajudar a explicar determinadas características dos comentadores.

A posição apresentada em relação aos temas dos *posts* foi a segunda dimensão analisada, com o objetivo claro de perceber qual a tendência dos comentários: a favor, contra ou sem posicionamento (ver Tabela 2).

TABELA 2
 Distribuição da posição em relação a cada um dos posts

<i>Post</i>		1º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º	13º	14º	Total	%
Posição em relação ao tema do post	A favor	4	10	20	44	2	14	4	2	41	18	4	21	6	190	31%
	Contra	1	5	2	2	2	8	2	3	13	7	2	18	2	67	11%
	Não se posiciona	6	31	49	54	13	42	11	5	46	46	16	40	1	360	58%
Total		11	46	71	100	17	64	17	10	100	71	22	79	9	617	100%

FONTE - Elaboração dos autores

Em termos absolutos podemos verificar que mais de metade do total de comentários analisados (58% - 360) não apresentam uma posição em relação à crítica apresentada no *post*. Por sua vez, são 31% (190) os comentadores que se mostram a favor do conteúdo e apenas 11% (67) se mostram contra. Considerando cada um dos *posts* individualmente, percebemos que existe uma variação considerável das posições, mas também que são aqueles com mais comentários (*posts* # 5 e # 10) os que apresentam maior equilíbrio, entre posições a favor e a ausência de posicionamento. Os comentários evidenciam sobretudo uma tendência para falar sobre a temática em discussão sem, no entanto, apresentar uma verdadeira posição sobre o assunto. Apesar do trabalho desenvolvido na página ser elogiado por um número significativo de comentadores, esse apreço não é conotado diretamente com uma posição favorável ao tema. Esta análise sai reforçada se observarmos os dados relativos ao indicador que foca a “reciprocidade”, uma vez que percebemos que 35% dos comentários (215) não tratam o tema, procuram apenas enaltecer o trabalho realizado na página (ver Tabela 3).

TABELA 3
Tabela relativa aos indicadores de “reciprocidade” para cada um dos posts

<i>Post</i>	1	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	Total	%
<i>Não trata o tema</i>	0	17	43	39	13	21	3	2	29	17	5	26	0	215	35%
<i>Trata o tema, sem considerar o outro</i>	4	13	20	38	4	28	7	3	29	37	13	19	6	221	36%
<i>Trata o tema e considera o outro de forma indireta</i>	7	8	7	14	0	4	5	4	21	3	3	32	3	111	18%
<i>Trata o tema e considera o outro de forma direta</i>	0	8	1	9	0	11	2	1	21	14	1	2	0	70	11%
Total	11	46	71	100	17	64	17	10	100	71	22	79	9	617	100%

FONTE - Elaboração dos autores

A percentagem mais elevada de comentários é, no entanto, dedicada ao tratamento do tema, mas sem que sejam consideradas as opiniões dos outros participantes (36%). Já os comentadores que levam em conta aquilo que foi dito por outros, ainda que forma indireta, representam 18% (111) do total de comentários analisados. São apenas 11% (70) os comentários onde é evidente o tratamento do tema e uma referência explícita ao comentário feito por outro participante (através de nome, citação ou parte de um comentário).

Neste sentido considera-se que as interações diretas entre os comentadores apresentam índices baixos, mas realçamos que o tipo de *posts* e os argumentos apresentados nestes, podem ajudar a explicar a questão da menor “reciprocidade”. Importante ainda, neste contexto, realçar que numa dezena de comentários é a própria página que é indicada diretamente nos comentários, e em cerca de metade dessas interpelações os gestores acabam mesmo por dar uma resposta. Entendemos assim que o envolvimento na discussão é estimulado pelos próprios autores da página.

Em termos individuais e analisando cada um dos *posts*, é sobretudo no # 10, relativo à “cobertura parcial por parte do canal de televisão SIC Notícias do processo de impeachment no Senado”, que existe um maior tratamento do assunto considerando os outros direta ou indiretamente (42% no total dos dois indicadores).

Na dimensão seguinte analisamos a apresentação de razões a favor ou contra o tema dos *posts*, numa tentativa de perceber que tipo de informações (do âmbito pessoal ou mais amplo) são apresentadas nos comentários (ver Tabela 4).

TABELA 4
 Tabela relativa à apresentação de razões em relação a cada um dos posts

<i>Post</i>	1	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	Total	%
Sem razões a favor ou contra	7	29	56	52	14	44	10	4	56	49	12	39	2	374	60%
Razões internas	1	0	7	9	0	3	0	0	0	0	0	9	0	29	5%
Razões externas	3	17	8	39	3	17	7	6	44	22	10	31	7	214	35%
Total	11	46	71	100	17	64	17	10	100	71	22	79	9	617	100%

FONTE - Elaboração dos autores

Os dados revelam que o número total de comentários no qual não é apresentado qualquer tipo de razão é elevado (60%). Por outro lado, quando são apresentadas razões, o tipo de informações e conhecimentos expostos não estão ligados a experiências e testemunhos pessoais e são, portanto, de ordem externa (35%). Apenas 5% (29) dos comentadores apresenta razões através de relatos da própria experiência (razões internas).

O *post* # 10 é aquele que, uma vez mais, merece mais atenção pois apresenta o maior número de razões externas (44%). Em termos de razões internas e apesar do número de comentários que o fazem ser efetivamente muito reduzido, o destaque vai para os *posts* # 5 (Editorial do “The Guardian” sobre o impedimento de Dilma Rousseff) e # 13 (Crítica à forma como repórter da RTP tira palavra a cidadã brasileira que crítica Michel Temer por causa do impeachment, quando este vem a Portugal para funeral de Mário Soares).

Após a análise quanto à apresentação de razões, examinamos também a apresentação de justificativas e a complexidade dessas justificativas, considerando o tipo e a lógica dos argumentos (ver Tabela 5).

TABELA 5
 Tabela relativa à apresentação de justificações em relação a cada um dos posts

<i>Post</i>	1	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	Total	%
<i>Sem justificação</i>	7	29	57	52	14	43	11	4	65	49	13	43	2	389	63%
<i>Justificação inferior</i>	0	0	2	13	1	1	0	0	0	4	0	7	0	28	4,5%
<i>Justificações simples</i>	4	11	8	26	2	14	3	4	20	8	7	15	5	127	21%
<i>Justificação complexa</i>	0	6	4	9	0	6	3	2	15	10	2	14	2	73	12%
<i>Total</i>	11	46	71	100	17	64	17	10	100	71	22	79	9	617	100%

FONTE - Elaboração dos autores

Do total de comentários analisados realçamos o facto de 63% não apresentar qualquer tipo de justificação. Apesar de em número reduzido, as justificativas apresentadas são sobretudo simples, na medida em que resultam de uma lógica básica (21%). As justificações complexas ou sofisticadas, que resultam da apresentação de argumentos distintos e interligados são escassas e estão presentes em apenas 12% dos comentários analisados. Os *posts* # 10 e 13 são os que apresentam maior número de comentários com justificações complexas e têm em comum o facto de ambos denunciarem determinados aspetos da cobertura jornalística com suporte audiovisual. Podemos nesse sentido indagar sobre a hipótese do tipo de conteúdo do *post* contribuir para estimular a apresentação de argumentos mais elaborados por parte dos comentadores. Por outro lado, é no *post* sobre a “Cobertura parcial por parte do canal de televisão SIC Notícias do processo de impeachment no Senado” (# 10), que encontramos o maior número de comentários sem justificação, resultado em grande parte de duas tendências: comentários onde são identificados outros utilizadores do Facebook, com a colocação do seu nome, para que dessa forma venham ver a publicação; e abordagem de outros assuntos relacionados com a política brasileira.

Por fim gostaríamos de destacar que registamos um número muito reduzido de comentários desrespeitosos, em termos percentuais inferior a 1%, o que se pode explicar pela intervenção que os autores da página fazem no espaço de comentários ocultando insultos, linguagem imprópria e difamações. Salientamos ainda a percentagem de comentários (5%) em que são introduzidos novos dados no debate, nomeadamente com recurso a fontes externas (links), que acreditamos contribuir para promover e aprofundar a deliberação pública.

7. Discussão e considerações finais

Os dados apresentados neste trabalho procuram perceber a natureza dos conteúdos publicados na página “Os Truques da Imprensa Portuguesa”, avaliar a dimensão da participação dos leitores e a contribuição para a página através do espaço de comentários, e estabelecer uma relação entre o que se passa na página e aqueles que são os objetivos dos seus gestores.

Tomamos como estudo de caso o processo de impeachment de Dilma Roussef, tendo em conta a sua importância não apenas no contexto político brasileiro, mas também internacionalmente. A análise dos dados permitiu-nos concluir que o caso foi acompanhado pelos media portugueses, mas que a abordagem utilizada suscita, em muitas situações dúvidas quanto à parcialidade. Nesse sentido, e tendo em conta que as publicações analisadas focavam precisamente a cobertura desequilibrada que o tema recebeu em Portugal, podemos assumir que a investigação que nos propusemos realizar se justificou e nos indica que efetivamente as redes sociais online podem desempenhar um papel relevante no acompanhamento do trabalho dos media. Entre os *posts* analisados, o que mais despertou a nossa atenção foi o da cobertura televisiva do processo de impeachment no Senado (# 10). A publicação que referimos surge, como explicaram os gestores da página em entrevista, a partir de um conjunto de denúncias que receberam. Num dos *posts* sobre assunto é mesmo apresentado um *print screen* de um comentário de um seguidor da página com o alerta para o que se estava a passar.

Confirma-se assim, e apesar dos dados da análise de conteúdo aos comentários revelarem baixos índices deliberativos, um interesse por parte dos leitores em contribuir para a divulgação de determinadas práticas jornalísticas. Através destas páginas, as denúncias podem ganhar maior visibilidade e contribuir para que os profissionais da informação procedam a correções, mesmo sem reconhecer que erraram.

Não fica claro qual o verdadeiro poder que os media sociais podem ter no que ao contra-agendamento diz respeito, mas não restam dúvidas que é crescente a capacidade de obrigarem os jornalistas a rever o seu trabalho e até mesmo a mudá-lo. Num dos *posts* analisados é mesmo evidente esta alteração, com os gestores da página a realçarem que dois jornais, depois de se verem expostos na página, “apressaram-se a editar as suas notícias e a dar-lhes um ar mais equilibrado” (post # 30), ao contrário de outro meio que decidiu incorrer numa cobertura parcial.

Os gestores da página entendem que o que fazem “tem um impacto muito grande junto dos jornalistas, que os seguem atentamente, por reconhecerem em grande parte críticas acertadas – ainda que não o admitam”. Existe, portanto, capacidade de escrutínio dos meios de comunicação, sobretudo porque o trabalho apresentado é resultado de uma comunidade que processa um monitoramento coletivo.

O trabalho de fiscalização dos media está de fato a ser feito nesta página e nesse sentido parece-nos que podemos responder à pergunta que colocamos no início desta investigação sem reservas. Páginas como “Os Truques da Imprensa Portuguesa” assumem cada vez mais um espaço que já pertenceu aos blogues e pressionam para que os meios de comunicação prestem contas, numa lógica de *media accountability*.

Referências

BARROS, S. **Deliberação Pública Online**: Esferas Conversacionais ao Redor de Conteúdos de Três Jornais Brasileiros. 2013. 198 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, 2013.

BARROS, S. **9 notas sobre a votação do impeachment na Câmara**. **Comunicação e Política** [blog], 2016. Disponível em: <http://comunicacaoepolitica.com.br/blog/2016/04/9-notas-sobre-a-votacao-do-impeachment-na-camara/>

- BARROS, S.; CARREIRO, R. **A discussão pública e as redes sociais online: o comentário de notícias no Facebook**. *Revista Fronteiras - estudos midiáticos* 17(2): 174-185, 2015.
- BOGDAN, R. & BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação**. Coleção Ciências da Educação, Porto: Porto Editora.
- CHAUÍ, M. **As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo**. *Teoria e debate*, n. 113, 2013.
- COUTINHO, C. **Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática**. 2ª Edição. Coimbra: Edições Almedina.
- DAHLBERG, L. **Net-Public Sphere Research: Beyond the 'First Phase'**. *Javnost-The Public*, 11(1): 27-44, 2004.
- EBERWEIN T.; FENGLER S.; LAUK E. (eds). **Mapping Media Accountability – In Europe and Beyond**. Köln: Herbert von Halem Verlag, 2011.
- ESTEVES, J. P. **Novos media e deliberação: sobre redes, tecnologia, informação e comunicação**. *Media & Jornalismo* 18 (1): 31-45, 2011.
- GRAHAM, T.; WITSCHGE, T. **In search of online deliberation: Towards a new method for examining the quality of online discussions**. *Communications*, 28(2):173-204, 2003
- JENSEN, J.L. **Public Spheres on the Internet: Anarchic or Government-Sponsored – A Comparison**. *Scandinavian Political Studies*, 26(4):349-374, 2003.
- KIES, R. **Promises and Limits of Web-deliberation**. New York: Palgrave Macmillan, 2010.
- LYCARIÃO, D.; SAMPAIO, R. **A construção da agenda pública na era da comunicação digital**. *Brazilian Journalism Research*, v. 12, n. 2, 2016.
- McQUAIL, Denis. **Media accountability and freedom of publication**. Oxford University Press, USA, 2003.
- MCCOMBS, M. **Setting the agenda: the mass media and public opinion**. Cambridge: Polity, 2004.
- MENDONÇA, R. F. **Dimensões democráticas nas Jornadas de Junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013**. Anais do X Encontro da ABCP, 2016.
- PAPACHARISSI, Z. **The virtual sphere: the internet as a public sphere**. *New Media Society*, 4 (1): 9-27, 2002.
- YIN, R. **Case Study Research: Design and Methods**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994.
- STEENBERGEN, M.R.; BACHTIGER, A.; SPORNDLI, M.; STEINER, J. **Measuring Political Deliberation: A Discourse Quality Index**. *Comparative European Politics*, 1:21-48, 2003.
- STEINER, J. **The Foundations of Deliberative Democracy: Empirical Research and Normative Implications**. New York: Cambridge University Press, 2012.
- STROMER-GALLEY, J. **Measuring Deliberation's Content: A Coding Scheme**. *Journal of Public Deliberation*, 3(1):1-35, 2007.
- WALES, C.; COTTERILL, S.; SMITH, G. **Do Citizens 'deliberate' in on-line discussion forums? Preliminary findings from an Internet experiment**. Edimburgo, (Paper prepared for the Participatory and Democracy Specialist Group at the Political Studies Association Conference), 2010.